

mercado coronavírus

PAINEL S.A.

Joana Cunha
painelsa@grupofolha.com.br

Em obras

O reajuste aplicado pelas cimenteiras na pandemia provocou reação na indústria da construção civil, mas também atingiu o varejo de material de construção, que recebeu o repasse em um momento de alta da demanda puxada por pequenos clientes em busca de produtos para reformas pontuais, o chamado consumo formiga. O PAINEL S.A. teve acesso aos avisos de aumento enviados pelas fabricantes, que atribuem a variação a um crescimento nos custos de produção.

BETONEIRA Procuradas pela coluna, InterCement, Ciplan, Zumbi e Elizabeth não comentaram. A Votorantim atribuiu a inflação, câmbio, medidas de combate à covid e logística.

PUXADINHO O auxílio emergencial de R\$ 600 ajudou a turbinar o consumo nas lojas de material de construção. Segundo a Anamac, entidade que representa o setor, 54% dos varejistas relataram altas vendas no mês passado. Parte do auxílio vai bancar o aumento no preço, segundo aqueles que questionam os reajustes das cimenteiras

BALANÇA O setor também levanta preocupação com o impacto desse aumento nos custos de obras públicas já contratadas, que podem sofrer desequilíbrio financeiro. Além do cimento, também há queixas de altas nos preços de outros insumos no Paraná, como aço vergalhão (10%), concreto usinado (20%) e PVC (40%).

EM CASA As demissões de trabalhadores domésticos cresceram 40% neste ano em relação a 2019 por causa da pandemia, segundo estimativas do Sindomésticas-SP, que representa a categoria. Nathalie Rosário, advogada da entidade, relata uma onda de acordos para suspensão de contrato ou redução de jornada, que evitou parte dos cortes.

HOME OFFICE A situação mais difícil é a enfrentada pelas diaristas, que não são protegidas pela lei criada para manter empregos na crise, segundo Rosário. A demanda pelo serviço também caiu depois que os clientes assumiram as tarefas da casa na quarentena.

GELADEIRA VAZIA Para amenizar a crise, o Sindomésticas-SP e a federação da categoria vêm arrecadando cestas básicas para os trabalhadores.

BOLSO Ainda sob efeito da pandemia, o fluxo nas lojas de shoppings cresceu 50% em julho ante junho, mas está quase 64% abaixo do patamar de 2019, diz monitoramento da FX Data Intelligence e da F360°. A variação foi menor nos pontos de rua, onde o movimento subiu quase 15% em julho ante junho e caiu 14,4% na comparação anual.

AVER NAVIOS A disputa entre os defensores de um túnel e os que preferem uma ponte para interligar Santos ao Guarujá, no litoral paulista, esquentou nesta semana após o ministro da Infraestrutura, Tarcisio de Freitas, dizer que ponte não combina com porto.

CUIDADO COM A CABEÇA As duas hipóteses ainda estão na mesa, segundo quem acompanha o assunto no ministério, mas para fazer a ponte o governo de SP, que rejeita o túnel, terá de reformular o projeto, de modo que a estrutura suspensa não atrapalhe a manobra dos navios no porto.

TETO BAIXO A nova apresentação do projeto da ponte, com as adequações de mais espaço entre os pilares, deve ser em setembro. Mas tem um problema: o ajuste pode elevar em mais R\$ 1,1 bilhão o custo da estrutura já estimado em R\$ 2,9 bilhões, segundo os cálculos de quem prefere o túnel. O que se diz no ministério é que, sem ver o projeto, não se pode comparar valores.

TRAVESSIA A Secretaria de Logística e Transportes de SP diz que solicitou à Ecovias uma alteração técnica do projeto e a concessionária já concluiu o trabalho, que será entregue, nas próximas semanas, em reunião com os órgãos federais para apresentar os ajustes.

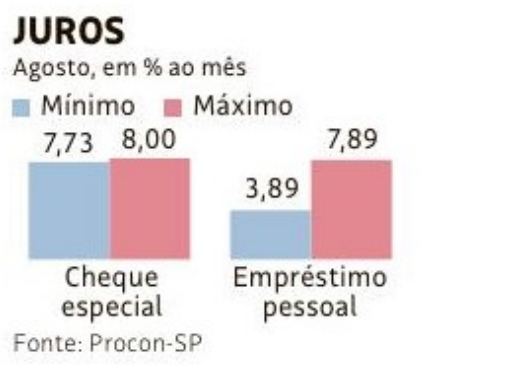
PILAR “A discussão sobre a ponte tem sido técnica, com estudo da USP que aponta não haver obstáculo à expansão do Porto de Santos. É um projeto viável sem recursos públicos”, diz a secretaria em nota.

CONTRATO A Câmara dos Vereadores de SP aprovou nesta quarta-feira (26) seu projeto de Lei da Liberdade Econômica, inspirado na medida editada pelo Executivo e aprovada pelo Congresso em 2019.

PALAVRA O texto paulistano, de autoria do presidente da Câmara Municipal, Eduardo Tuma, define que, na abertura de novos estabelecimentos de baixo risco, o município deve priorizar as declarações do empresário para conceder licenças, em vez de fazer vistorias. Também define regras para digitalizar os pedidos de autorização.

com Filipe Oliveira e Mariana Grazini

INDICADORES



CONTRIBUIÇÃO À PREVIDÊNCIA

Competência agosto*

Autônomo, empregador e facultativo
Valor mín. R\$ 1.045 20% R\$ 209
Valor máx. R\$ 6.101,06 20% R\$ 1.220,21

MEI (Microempreendedor)
Valor mín. R\$ 1.045 5% R\$ 52,25

Assalariado	Aliquota
Até R\$ 1.045	7,5%
De R\$ 1.045,01 a R\$ 2.089,60	9%
De R\$ 2.089,61 a R\$ 3.134,40	12%
De R\$ 3.134,41 a R\$ 6.101,06	14%

*O prazo da competência de agosto vence em 21.set para empresas; para pessoas físicas, vence em 14.set. O prazo para a competência de maio foi adiado para novembro para empresas

IMPOSTO DE RENDA

Em R\$	Aliquota, em %	Deduzir, em R\$
Até 1.903,98	Isento	
De 1.903,99 até 2.826,65	7,5	142,80
De 2.826,66 até 3.751,05	15	354,80
De 3.751,06 até 4.664,68	22,5	636,13
Acima de 4.664,68	27,5	869,36

EMPREGADOS DOMÉSTICOS

Considerando o piso na capital e Grande SP

Empregado	Aliquota		Máximo em R\$
	Mínimo em R\$	em R\$	
Empregado	De 7,5% a 14%	97,04	713,09
Empregador	20%	250,50	1.220,21

*O prazo para o patrão da doméstica venceu em 4.set. A guia de pagamento dos patrões inclui a contribuição ao INSS do empregador e da doméstica, o FGTS, a multa para a demissão e o seguro contra acidentes. A contribuição ao INSS da doméstica pode ser descontada de seu salário. O prazo para a competência de maio foi adiado para novembro

Controle da pandemia é condição para fazer ajuste fiscal, afirma economista

Leonardo Porto, chefe do Citi Brasil, cita postura errática em relação ao teto de gastos para aumento do risco de descontrole das contas

ENTREVISTA LEONARDO PORTO

Eduardo Cucolo

SÃO PAULO O risco de descontrole das contas públicas cresceu de forma significativa, devido à relutância do Executivo e do Legislativo em respeitar o teto dos gastos em 2021. Isso tem se refletido em uma desvalorização adicional do real, na contramão da recuperação do valor de outras moedas mundiais, e impede uma queda maior dos juros.

A avaliação é do economista-chefe do Citi Brasil, Leonardo Porto, que falou sobre as novas projeções divulgadas pelo banco em seu relatório global. Segundo ele, o país precisa avançar no controle da Covid-19 para encerrar o gasto com o auxílio emergencial e retomar o ajuste fiscal.

*

O que mudou na visão sobre a economia brasileira no último relatório do Citi? São três mensagens. O risco fiscal está crescendo de forma significativa nos últimos meses, o que está ligado a uma postura ainda errática e ambígua do governo e do Congresso em relação ao teto de gastos.

A segunda mensagem é que isso está sendo precificado. A taxa de câmbio bateu por volta de 8 de junho em R\$ 4,82.

De lá pra cá, os preços das commodities subiram, o dólar perdeu valor em relação às principais moedas, a aversão ao risco global caiu, mas o câmbio está pelo menos 10% mais depreciado do que estaria quando se olha só fatores globais. É evidente que os ativos aqui estão perdendo valor por fatores domésticos.

A terceira mensagem é que a gente revisou o PIB de -6,5% para -6%. A razão é basicamente a previsão do segundo trimestre, que passou de uma queda de 9,5% para -9%. Vai ser uma queda sem precedentes, mas um pouco menor do que a gente imaginava.

É possível cumprir o teto e conter a dívida mesmo com a pandemia? Nossa previsão de dívida bruta/PIB está em 97,5% para o final deste ano e 99% para 2021. Na previsão de 2020 a gente incluiu R\$ 100 bilhões de renovação para o “coronavoucher”, o que pode significar, por exemplo, mais duas parcelas de R\$ 600 ou quatro de R\$ 300. Também está embutida a hipótese de que, em 2021, muda a chavinha e o governo vai respeitar as restrições do teto de gastos.

A dívida no ano que vem crescerá pouco, você teria uma política fiscal altamente contracionista, as medidas de combate ao coronavírus seriam revertidas, o estado de calamidade pública acaba.

Não está se falando muito, mas nos parece que o controle da doença é uma condição necessária para que você implemente uma política fiscal contracionista. Se não tiver a doença sob controle, o “coronavoucher” vai ter de ser estendido por tempo indefinido. Condição necessária não é suficiente. Teria de ter outros elementos, como a disposição do governo e do Congresso em reverter essas políticas e perseguir o teto.

A situação do Brasil é pior que a de outros países que também tiveram de aumentar o endividamento? No Brasil,



Divulgação

Leonardo Porto, 44
Economista-chefe do Departamento de Pesquisa Econômica do Citi Brasil. Doutor em Teoria Econômica pela FEA/USP

claramente a gente vê o número de mortes na casa de mil por dia desde o final de maio. Não consigo achar paralelo em outros países. E isso está gerando uma crise no mercado de trabalho brutal.

A taxa de desemprego de pouco mais de 13%, vindo de cerca de 11,5% em fevereiro, está mascarada pelo fato de que as pessoas não estão procurando emprego.

Isso é reflexo da falta de controle da doença, que fez com que tivéssemos de tomar medidas de isolamento social que jogaram a atividade econômica lá pra baixo. É por isso que dizemos que, se não controlar a doença, as restrições pelo lado da oferta, para que a economia se recupere, vão continuar. Você não vai conseguir recuperar 10 milhões de empregos perdidos e não pode deixar as pessoas sem suporte. Como o custo do “coronavoucher” é absurdamente elevado, não dá para ter uma política fiscal contracionista se não controlar a doença.

Controlar significa ter a vacina ou há medidas que permitiriam uma retomada mais rápida? Controlar a doença é ter, pelo menos, segurança de que você está em uma trajetória cadente no número de mortes e de casos. Não estou necessariamente falando de vacina. Você pode ir liberando as restrições pelo lado da oferta se tiver testagem em massa, isoladamente das pessoas contaminadas, protocolos rígidos de abertura. Enquanto essas restrições estiverem presentes, sejam elas escolas que não podem abrir ou as pessoas que não querem pegar avião por medo de se contaminar, você não consegue retornar ao que era antes.

Hoje, certamente a gente não está com a doença sob controle, ao contrário de alguns países desenvolvidos que trouxeram a curva de mortes para baixo, principalmente europeus, e iniciaram um processo de abertura. Escrevemos em junho que o Brasil estava iniciando um processo de abertura com risco de ser prematura, bem mais arriscada do que em outros países.

Voltando à questão fiscal, quais as chances de aprovar

reformas que ajudem no controle de gastos no atual governo? Falta um direcionamento mais claro sobre a agenda de reformas. Antes da pandemia, o governo tinha entregue três PECs no Senado, a Emergencial, a do Pacto Federativo e a dos Fundos.

A gente achou que ia ser a prioridade. Prometeu ainda a reforma administrativa. Já começou a pandemia, a discussão ficou suspensa, o governo começou a tocar no assunto da reforma tributária, esqueceu as três PECs e aparentemente desistiu da administrativa. A gente não espera que a reforma tributária seja aprovada neste ano. É um desafio muito grande conseguir aprovar no ano que vem.

É desejável que o governo mude a estratégia, que dê uma mensagem de austeridade para o médio e longo prazo. Essa mensagem pode ser recuperar a prioridade das PECs Emergencial e do Pacto Federativo, que tocam no aperfeiçoamento da política fiscal, na criação de gatilhos caso o teto dos gastos não seja respeitado.

Há muita pressão, inclusive dentro do governo, para rever o teto de gastos Estou vendo alguns economistas pedindo para que o teto seja reformado, porque tem imperfeições.

Não estou dizendo que o teto é perfeito, mas ele é hoje o único muro de contenção da política fiscal. A gente não vai ter meta de resultado primário no ano que vem. A gente tem de assegurar, não só para o estrangeiro, mas para qualquer investidor, que a política fiscal e a dívida pública são sustentáveis. Quem faz isso é o teto de gastos, é a âncora que hoje está valendo. Então é hora fortalecer o teto, não é hora de enfraquecer o teto.

As notícias que aparecem nos jornais e na classe política são na direção de enfraquecer, para que a política fiscal possa ser mais frouxa no ano que vem, e isso é péssimo. A situação fiscal é extremamente delicada. Falar em dívida de 100% do PIB para um país emergente não é normal.

Mesmo com juros baixos no Brasil e vários países elevando o endividamento por causa da pandemia? Sim. O Banco Central está fazendo um trabalho extraordinário e tem consciência de que, se não tiver a âncora fiscal, essa taxa de juros é insustentável. O BC está falando isso, está na ata [do Copom], no Relatório de Inflação. É a razão pela qual o BC está sendo cauteloso.

A taxa de juros Selic está hoje em 2% porque estamos vivendo a recessão mais profunda da nossa história. Se a gente não garantir que a dívida é sustentável no médio e longo prazo, essa taxa de juros vai ser transitória. A política monetária é dependente da política fiscal.

O BC não tem espaço para cortar mais os juros? A gente tem uma visão de que a Selic fica em 2% até o final do ano que vem. Isso está associado à hipótese de que o teto de gastos vai ser respeitado. As projeções de inflação do BC estão abaixo do centro da meta. Tecnicamente, espaço para cortar um pouco mais tem. A indicação [do BC] é que talvez seja melhor esperar para ter mais confiança de que a política fiscal vai continuar sustentável.